

## **Coordenação de Pesquisa e Orientação Técnica**

### **COPEQ**

#### **PESQUISA DE ENTENDIMENTO DE CÂMARAS** **27 de janeiro de 2016**

##### **TEMA**

**QUANTUM DE AUMENTO PELA INCIDÊNCIA DE ATENUANTES - AGRAVANTES**

##### **PESQUISA NO STJ**

#### **SÍNTESE DA PESQUISA:**

Segundo entendimento dessa Corte, embora o legislador não tenha previsto percentuais mínimo e máximo de redução ou aumento de pena em virtude da incidência de atenuantes e agravantes, a doutrina e a jurisprudência têm entendido que, como regra, o acréscimo ou redução deve se de 1/6 (um sexto) da pena-base.

EMENTA HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT DA LEI 11.343/06). APREENSÃO DE 124 PEDRAS DE CRACK E UMA PORÇÃO DE MACONHA. PENA BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL (8 ANOS DE RECLUSÃO). QUANTIDADE E QUALIDADE DA DROGA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MAUS ANTECEDENTES. INQUÉRITOS E PROCESSOS EM ANDAMENTO. SÚMULA 444/STJ. INVIABILIDADE DA INCIDÊNCIA DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA. DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS. DIMINUIÇÃO PELA MENORIDADE EM 1/6. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE, NO PONTO. **REFAZIMENTO DA PENA-BASE: 6 ANOS E 8 MESES DE RECLUSÃO, DIMINUÍDA DE 1/6 PELA ATENUANTE DA MENORIDADE.** TOTALIZANDO 5 ANOS, 6 MESES E 10 DIAS DE RECLUSÃO, MAIS MULTA. REGIME INICIAL FECHADO. PARECER DO MPF PELA PARCIAL CONCESSÃO DA ORDEM. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA, TÃO SOMENTE PARA ADEQUAR O APENAMENTO DO PACIENTE. 1. É certo que todas as funções processuais penais são de inescondível relevância, mas a de denunciar, a de aceitar a denúncia, a de restringir prematuramente a liberdade da pessoa, a de julgar a lide penal e a de dosimetrar a sanção imposta exigem específico trabalho intelectual de esmerada elaboração, por não se tratar de atos burocráticos de simples ou fácil exercício, mas sim de atividade complexa, em razão de percutirem altos valores morais e culturais subjetivos a que o sistema de Direito confere incontornável proteção. 2. Na hipótese, muito embora a quantidade e a qualidade do entorpecente apreendido - crack - sabidamente uma das piores drogas da atualidade, tanto por seu alto poder viciante como pelos males extremos que causa à saúde do dependente, e de forma incrivelmente rápida - justifique certa elevação da pena-base, como admitido pelo art. 42 da Lei 11.343/06, o fato é que, consoante jurisprudência sumulada desta Corte, é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base a título de maus antecedentes, má personalidade ou conduta social. (Súmula 444/STJ). 3. Dessa forma, mostra-se desproporcional o aumento da pena-base em 3 anos acima do mínimo legal, considerando como desfavorável ao paciente apenas a natureza e a quantidade do entorpecente apreendido. 4. Destarte, em atenção aos ditames do art. 42 da Lei 11.343/06, 59 e 68 do CPB, fixo a pena base em 6 anos e 8 meses de reclusão. Reconhecida a circunstância atenuante da menoridade, reduzo-a de 1/6, totalizando 5 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão, e 565 dias multa, que torno definitivas, ante a Documento: 14451538 - EMENTA / ACORDÃO - Site certificado - DJe: 04/04/2011 Página 1 de 2 Superior Tribunal de Justiça ausência de outras causas de aumento e diminuição, mantendo o regime inicial fechado, eis que o delito ocorreu após a entrada em vigor da Lei 11.464/07. 5. Inviável a pretensão de incidência da minorante do art. 33, § 4o. da Lei 11.343/06, porquanto afirmado pelo acórdão recorrido, com base em dados concretos, que o paciente dedica-se a atividades criminosas; por isso, a alteração dessa conclusão ensejaria, necessariamente, reexame aprofundado de circunstâncias fáticas, que, in casu, não estão evidentes, impedindo a análise da questão por meio da via exígua do Habeas Corpus. 6. **A atenuante da menoridade foi bem aplicada (1/6), eis que o legislador não previu percentuais mínimo e máximo de redução ou aumento de pena em virtude da incidência de atenuantes e agravantes.** 7. Concede-se parcialmente a ordem, apenas para alterar o apenamento do paciente, como acima especificado. (HC 174.971/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Julgado em 15/3/2011, DJe 4/4/2011 )

EMENTA HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MULTIRREINCIDÊNCIA – SETE CONDENAÇÕES. EXASPERAÇÃO, NA SEGUNDA ETAPA, NA FRAÇÃO DE 1/3 (UM TERÇO). CABIMENTO. 1. Por não ter o Código Penal estabelecido balizas para o agravamento e atenuação das penas, na segunda fase de sua aplicação, a doutrina e a jurisprudência têm entendido que, como regra, o percentual de agravamento da pena em caso de reincidência é o de 1/6 (um sexto), atendidos os critérios de proporcionalidade. Precedentes. 2. No entanto, é possível maior punição, ou seja, aplicação da reprimenda em patamar diverso do mínimo quando situações excepcionais justificarem tal medida. 3. Na hipótese, ao apontar a multirreincidência do réu – sete condenações definitivas – a magistrada logrou apresentar justificativa suficiente para o aumento da pena, dentro dos limites da discricionariedade que lhe são atribuídos. 4. Ordem denegada. (HC 231.791/ MS, Rel. Ministro OG FERNANDES, julgado em 22/3/2012, DJe 11/4/2012)

EMENTA HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ART. 121, § 2º, I, E ART. 121, § 2º, I E IV, C/C ART. 14, II, NA FORMA DO ART. 71, CAPUT, TODOS DO CÓDIGO PENAL. PLEITO DE APLICAÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/6 PARA A REDUÇÃO DA PENA-BASE, ANTE A INCIDÊNCIA DA ATENUANTE DA MENORIDADE. POSSIBILIDADE. PENA REDUZIDA, NA SEGUNDA FASE, EM 1 ANO, SEM GUARDAR PROPORCIONALIDADE COM O AUMENTO DECORRENTE DA PENA-BASE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO PARA REDUZIR AS PENAS DO PACIENTE. 1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não tem admitido a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso próprio, prestigiando o sistema recursal ao tempo que preserva a importância e a utilidade do habeas corpus, visto permitir a concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. 2. A lei não prevê as frações a serem aplicadas no caso de incidência de atenuantes e agravantes. Contudo, este Superior Tribunal de Justiça tem se inclinado no sentido de que a redução da pena em fração inferior a 1/6 deve ser devida e concretamente fundamentada. 3. No caso, a redução da pena-base em 1 ano perpetrada na sentença, ante a atenuante da menoridade, foi menor que a fração comumente usada de 1/6, além de ser desproporcional ao aumento da pena-base (estabelecida 4 anos acima do mínimo legal), o que demonstra a existência de constrangimento ilegal a ser sanado por esta Corte Superior. Documento: 52819676 - EMENTA / ACORDÃO - Site certificado - DJe: 07/10/2015 Página 1 de 2 Superior Tribunal de Justiça 4. Habeas Corpus não conhecido. Ordem concedida ex officio, para reduzir a pena, na segunda fase da dosimetria, na fração de 1/6, aplicando-se ao paciente a pena definitiva de 15 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão. (HC 329.561/RJ, Rel. ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, julgado em 1º/10/2015, DJe 7/10/2015)

EMENTA RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DOSIMETRIA. CULPABILIDADE. ACENTUADA REPROVABILIDADE DO AGENTE. CONDUTA SOCIAL. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. MAIOR AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS. AGRAVANTE. BIS IN IDEM. ATENUANTE DA CONFISSÃO. QUANTUM DA DIMINUIÇÃO. DESPROPORCIONALIDADE. SANÇÃO REDIMENSIONADA.

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O fato de o recorrente ter desferido facadas na vítima e, depois, haver retornado ao corpo do ofendido para desferir-lhe mais golpes de faca evidencia a sua acentuada reprovabilidade pela conduta delituosa praticada, razão pela qual se justifica a conclusão pela desfavorabilidade da circunstância da culpabilidade. 2. Concretamente fundamentada a inadequação do comportamento do acusado no interior do grupo social a que pertence, com base em argumentos idôneos e diversos do tipo penal violado, deve ser mantida a análise desfavorável da conduta social do recorrente. 3. A prática de homicídio em local com maior aglomeração de pessoas justifica a análise desfavorável das circunstâncias do crime. 4. Verificado que a qualificadora do emprego de recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (inciso IV) já foi sopesada para qualificar o delito de homicídio (deslocando a conduta da forma simples do homicídio para aquela com punição mais severa, prevista no § 2º do art. 121 do Código Penal), não poderia ser novamente valorada para fins de reconhecimento da agravante prevista no art. 61 II, "c", do Código Penal, sob pena de violação do princípio do bis in idem. 5. O Código Penal não estabelece limites mínimo e máximo de aumento ou de redução de pena a serem aplicados em razão das agravantes e das atenuantes genéricas, respectivamente. O art. 61 limitou-se a prever as circunstâncias que sempre agravam a pena, embora não tenha mencionado nenhum valor de aumento. O mesmo ocorre com o disposto no art. 65, que estipula as circunstâncias que sempre atenuam a pena, sem, contudo, fazer nenhuma menção ao quantum de redução. 6. A doutrina e a jurisprudência têm se orientado no sentido de que cabe ao magistrado, dentro do seu livre convencimento e de acordo com as peculiaridades do caso concreto, escolher a quantidade de diminuição de pena pela incidência da atenuante, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 7. A jurisprudência deste Superior Tribunal é firme em assinalar que, não obstante a legislação não haja estabelecido frações específicas para o aumento ou a diminuição em decorrência das agravantes e das atenuantes, a fração de 1/6 mostra-se razoável e proporcional, de modo que é efetivamente desproporcional a redução da pena em somente 1/18 em decorrência da atenuante da confissão espontânea. Ilegalidade sanada de ofício. 8. Recurso especial parcialmente provido, a fim de aumentar para 1/6 o quantum de diminuição de pena relativa à atenuante genérica da confissão espontânea e, de ofício, concedido habeas corpus para afastar a incidência da agravante prevista no art. 61, II, "c", do Código Penal (crime cometido mediante recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido), tornando a reprimenda do recorrente definitivamente estabelecida em 15 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão (Processo n. 4162007).

(REsp 1.493.789/MA, Rel. ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, julgado em 3/11/2015, DJe 19/11/2015)

**PESQUISA DE ENTENDIMENTO DE CÂMARAS DO  
TJMG**

**DATA DA PESQUISA: 27/1/2016**

**SÍNTESE DA PESQUISA:**

O entendimento majoritário do Tribunal de Justiça de Minas Gerais é no sentido de que, apesar da omissão do legislador em estabelecer um quantum determinado para diminuição ou aumento em função das circunstâncias atenuantes e agravantes, a doutrina e jurisprudência têm entendido que esse acréscimo ou redução deve ser de até 1/6 (um sexto) da pena-base.

**POSIÇÃO DA 1ª (PRIMEIRA) CÂMARA CRIMINAL**

Os desembargadores Flávio Leite e Walter Luiz entendem que, embora a lei não estabeleça percentuais mínimo e máximo para diminuição ou aumento em função das circunstâncias atenuantes e agravantes, o aumento da pena-base pela incidência dessas circunstâncias não pode ultrapassar a fração de 1/6 (um sexto) da pena-base.

Não foram encontrados acórdãos com entendimento dos desembargadores, como relatores, Nelson Missias de Moraes, Matheus Chaves Jardim e Catta Preta.

**1 – DESEMBARGADOR** Alberto Deodato Neto

**Número do Processo:**

**Data do Julgamento:**

**ENTENDIMENTO**

Obs.: Não houve entendimento do desembargador como relator.

**2 - DESEMBARGADOR** Flávio Leite  
**Número do Processo:** 1.0625.08.086684-5/001  
**Data do Julgamento:** 7/4/2015

**ENTENDIMENTO**

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO MEDIANTE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA - TRIBUNAL DO JÚRI - DOSIMETRIA DA PENA - AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA - MAJORAÇÃO EM 1/6 - NECESSIDADE - FRAÇÃO PROPORCIONAL E RAZOÁVEL - REDUÇÃO DA PENA PELA TENTATIVA NO MAIOR PATAMAR - INVIABILIDADE TENDO EM VISTA O ITER CRIMINIS PERCORRIDO, QUE MUITO SE APROXIMOU DA CONSUMAÇÃO DO DELITO - ABRANDAMENTO DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

- Ainda que o Código Penal não determine a fração de aumento da pena pelas agravantes, doutrina e jurisprudência dispõem que a variação não deve ultrapassar o limite mínimo das majorantes e minorantes, ou seja, de 1/6.

- Não há como aplicar a causa geral de diminuição da pena pela tentativa em grau máximo diante do iter criminis percorrido, que muito se aproximou da consumação do crime.

- O só fato de a pena ultrapassar oito anos de reclusão impõe a fixação do regime fechado para início do cumprimento da reprimenda.

- Apelo parcialmente provido.

**3 - DESEMBARGADOR** Wanderley Paiva  
**Número do Processo:**  
**Data do Julgamento**

**ENTENDIMENTO**

Obs.: Não houve entendimento do desembargador como relator.

**4 - DESEMBARGADOR** Walter Luiz  
**Número do Processo:** 1.0699.11.002796-7/001  
**Data do Julgamento:** 29/07/2014

### ENTENDIMENTO

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - ART. 14 DA LEI 10.826/03 -- ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS - IMPOSSIBILIDADE - REDUÇÃO DO QUANTUM DE EXASPERAÇÃO RELATIVO À REINCIDÊNCIA - VIABILIDADE - PRECEDENTES - FRAÇÃO DE 1/6 MAIS ADEQUADA AO CASO. 1. Comprovadas a autoria e materialidade do delito imputado ao apelante, não há como acolher a pretendida absolvição por insuficiência probatória. 2. Pela importância, registra-se que o tipo penal previsto no art.14 da Lei 10.826/03 é de atividade, também chamado de mera conduta e prevê punição para o agente que pratica o ato ainda que, efetivamente, nada ocorra no mundo naturalístico, ou seja, mesmo que nenhum prejuízo efetivo se materialize. 3. O aumento da pena, em 1/6 (um sexto), na segunda fase, diante da incidência da agravante da reincidência, não causa qualquer mácula, sendo, in casu, a mais recomendável, tendo em vista que nosso Código Penal não estabelece a quantidade de aumento ou de diminuição das agravantes e atenuantes, além disto, doutrina e jurisprudência majoritárias têm aceitado que a variação dessas circunstâncias modifique a pena base, no patamar referido, desde que atendido o princípio da razoabilidade.

**5 - DESEMBARGADOR** Kárin Emmerich

**Número do Processo:**

**Data do Julgamento:**

### ENTENDIMENTO

Obs.: Não houve entendimento do desembargador como relator.

## **POSIÇÃO DA 2ª (SEGUNDA) CÂMARA CRIMINAL**

A desembargadora Beatriz Pinheiro Caires entende que, embora a lei não estabeleça percentuais mínimo e máximo para diminuição ou aumento em função das circunstâncias atenuantes e agravantes, o aumento da pena-base pela incidência dessas circunstâncias não pode ultrapassar a fração de 1/6 (um sexto) da pena-base.

O desembargador Renato Martins Jacob, entretanto, entende que não há percentual fixo de aumento ou diminuição a ser aplicado em virtude do reconhecimento de circunstâncias agravantes ou atenuantes, cuja definição incumbe ao Magistrado.

Não foram encontrados acórdãos com entendimento dos desembargadores, como relatores, Nelson Missias de Moraes, Matheus Chaves Jardim e Catta Preta.

**1 – DESEMBARGADORA** Beatriz Pinheiro Caires

**Número do Processo:** 1.0775.14.000867-0/001

**Data do Julgamento:** 30/4/2015

### **ENTENDIMENTO**

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - PROCESSUAL PENAL - RECONHECIMENTO - INOBSERVÂNCIA DAS FORMALIDADES PREVISTAS NO ARTIGO 226, DO CÓDIGO PENAL - PRELIMINAR REJEITADA - ROUBO CIRCUNSTANCIADO - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - PALAVRA DA VÍTIMA E CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL DE UM DOS RÉUS - DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE FURTO - IMPOSSIBILIDADE - EMPREGO DE VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA - PENA - REDUÇÃO - ADMISSIBILIDADE - EQUÍVOCO NA APRECIÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS - ATENUANTE - FRAÇÃO DE AUMENTO SUPERIOR A 1/6 - INADMISSIBILIDADE.

- Eventual irregularidade no reconhecimento do acusado levado a efeito pela vítima não tem o condão de anular o processo, podendo, se for o caso, comprometer o valor do ato como prova.

- Em se tratando de crime de roubo, normalmente praticado longe dos olhos de testemunhas, o reconhecimento feito pela vítima no inquérito policial e confirmado em Juízo, aliado à confissão extrajudicial do réu, são provas suficientes para firmar a certeza da autoria delituosa.

- Devidamente comprovado o emprego de violência e grave ameaça contra as vítimas, a desclassificação do crime de roubo para crime de furto se mostra inviável.

- Se das quatro circunstâncias judiciais consideradas desfavoráveis ao réu, apenas duas, na realidade, poderiam ser valoradas negativamente na fase prevista no artigo 59, do Código Penal, impõe-se a redução da pena-base aplicada.

- Embora a lei não estabeleça o quantum da elevação da pena-base, em razão da incidência de circunstâncias agravante, o aumento da pena-base pela incidência de circunstâncias agravantes não pode ultrapassar a fração de 1/6, sob pena de equiparação às causas de aumento de pena, apesar de estas possuírem maior intensidade do que aquelas.



**2 – DESEMBARGADOR** Renato Martins Jacob  
**Número do Processo:** 1.0672.98.010629-4/005  
**Data do Julgamento:** 22/8/2013

**ENTENDIMENTO**

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DOSIMETRIA. ARTIGO 59 DO CP. ANÁLISE CRITERIOSA E FUNDAMENTADA. **CIRCUNSTÂNCIAS DESFAVORÁVEIS. ATENUANTE. FRAÇÃO OBRIGATÓRIA.** AUSÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO.

- A pena-base do homicídio foi fixada acima do mínimo legal de maneira fundamentada e proporcional, em harmonia com as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal, haja vista a culpabilidade do agente, os motivos, circunstâncias e consequências do crime, bem como o comportamento da vítima.

- Não há percentual fixo de aumento ou diminuição a ser aplicado em virtude do reconhecimento de circunstâncias agravantes ou atenuantes, cuja definição incumbe ao Magistrado, atentando-se ao princípio da proporcionalidade.

**3 – DESEMBARGADOR** Nelson Missias de Moraes  
**Número do Processo:**  
**Data do Julgamento:**

**ENTENDIMENTO**

Obs.: Não houve entendimento do desembargador como relator.

**4 - DESEMBARGADOR** Matheus Chaves Jardim  
**Número do Processo:**  
**Data do Julgamento:**

**ENTENDIMENTO**

Obs.: Não houve entendimento do desembargador como relator.

**5 – DESEMBARGADOR** Catta Preta

**Número do Processo:**

**Data do Julgamento:**

### ENTENDIMENTO

Obs.: Não houve entendimento do desembargador como relator.

### POSIÇÃO DA 3ª (TERCEIRA) CÂMARA CRIMINAL

Os desembargadores Antônio Carlos Cruvinel, Paulo Cézar Dias e Maria Luíza de Marilac entendem que, embora a lei não estabeleça percentuais mínimo e máximo para diminuição ou aumento em função das circunstâncias atenuantes e agravantes, a doutrina e jurisprudência têm entendido que esse acréscimo ou redução deve ser de até 1/6 (um sexto) da pena-base.

Não foram encontrados acórdãos com entendimento dos desembargadores, como relatores, Fortuna Grion e Octavio Augusto De Nigris Bocalini.

**1 – DESEMBARGADOR** Antônio Carlos Cruvinel

**Número do Processo:** 1.0024.06.200258-9/002

**Data do Julgamento:** 15/10/2013

### ENTENDIMENTO

EMENTA: CRIMINAL - HOMICÍDIO QUALIFICADO - PENA-BASE - DIMINUIÇÃO - CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA - MANUTENÇÃO - FRAÇÃO DE AUMENTO - MODIFICAÇÃO - CUSTAS JUDICIAIS PEDIDO PREJUDICADO.

A pena-base fixada em patamar exacerbado deve ser reduzida.

A análise dos antecedentes do acusado é importante no momento da fixação da reprimenda, e deve ser feita pelo juiz presidente conforme os elementos objetivos trazidos aos autos do processo pelas certidões e folhas de antecedentes do réu, não havendo necessidade do representante do órgão ministerial apontar a sua ocorrência nos debates.

Malgrado não exista norma expressa acerca do percentual de aumento a ser utilizado pelo magistrado em razão da reincidência, a doutrina e a jurisprudência entendem que a pena-base pode ser acrescida de no máximo 1/6 (um sexto), observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Concedido ao apelante a isenção do pagamento das custas processuais, prejudicado se encontra qualquer pedido nesta instância revisora. Provimento parcial ao recurso é medida que se impõe.

**2 - DESEMBARGADOR** Paulo César Dias  
**Número do Processo:** 1.0702.12.049288-0/001  
**Data do Julgamento:** 6/8/2013

#### ENTENDIMENTO

EMENTA: APELAÇÃO - ROUBO TENTADO - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - NEGATIVA DE AUTORIA ISOLADA - PALAVRA DA VÍTIMA - RELEVÂNCIA - CONDENAÇÃO MANTIDA - **AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA - REDUÇÃO DO QUANTUM DE AUMENTO** - REGIME PRISIONAL - ABRANDAMENTO - NECESSIDADE. 1. Restando devidamente comprovadas a autoria e a materialidade delitiva, em especial pelo reconhecimento do recorrente pela ofendida, não há que se falar em absolvição por ausência de provas. 2. **Para o aumento decorrente de agravante legal genérica, o percentual não poderá exceder ao limite mínimo de causa especial de aumento, (ou seja, ir até 1/6).** 3. Dado o preenchimento dos requisitos subjetivos e objetivos estabelecidos no art.33 do Código Penal impõe-se o abrandamento do regime inicial de pena estabelecido para o réu.

**3 - DESEMBARGADOR** Fortuna Grion  
**Número do Processo:**  
**Data do Julgamento:**

#### ENTENDIMENTO

Obs.: Não houve entendimento do desembargador como relator.

**4 - DESEMBARGADORA** Maria Luíza de Marilac

**Número do Processo:** 1.0105.12.003641-0/001

**Data do Julgamento:** 25/2/2014

#### **ENTENDIMENTO**

EMENTA: HOMICÍDIOS TRIPLAMENTE QUALIFICADOS E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. CASSAÇÃO DA DECISÃO POR SER CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. PENA-BASE. REDUÇÃO. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. AUMENTO DO QUANTUM DE ATENUAÇÃO DA PENA. POSSIBILIDADE. AGRAVANTES NÃO ALEGADAS EM Plenário PELO ÓRGÃO ACUSATÓRIO. DECOTE. NECESSIDADE. 1. Inviável a cassação da decisão proferida pelo Conselho de Sentença, quando ela acolhe uma das versões e esta encontra suporte na prova dos autos. 2. A cassação só é autorizada quando a conclusão dos jurados é completamente divorciada do contexto probatório. 3. Constatando-se que a pena-base foi fixada com excessivo rigor, impõe-se a sua redução. 4. Embora a lei não preveja percentuais mínimo e máximo de redução da pena pela atenuante da confissão espontânea, a doutrina e jurisprudência têm se posicionado no sentido de que a atenuação de 1/6 se mostra mais adequada, tomando-se por base o limite mínimo das minorantes previstas no Código Penal. 5. Não tendo o Ministério Público alegado, em plenário, a incidência de circunstâncias agravantes, não poderia o Juiz Presidente aplicá-las na sentença, em prejuízo aos acusados.

**5 - DESEMBARGADOR** Octavio Augusto De Nigris Boccalini

**Número do Processo:**

**Data do Julgamento:**

#### **ENTENDIMENTO**

Obs.: Não houve entendimento do desembargador como relator.

## **POSIÇÃO DA 4ª (QUARTA) CÂMARA CRIMINAL**

Os desembargadores Júlio Cezar Guttierrez e Corrêa Camargo entendem que, apesar da omissão do legislador em estabelecer um quantum determinado para diminuição ou aumento em função das circunstâncias atenuantes e agravantes, a doutrina e jurisprudência têm entendido que esse acréscimo ou redução deve ser de até 1/6 (um sexto) da pena-base.

O desembargador Eduardo Brum, contudo, entende que, se o legislador não previu percentuais mínimo e máximo de redução ou aumento da pena em virtude da aplicação de atenuantes e agravantes, cabe ao juiz sentenciante determinar o valor ser reduzido ou aumentado, segundo sua análise do caso concreto.

Não foram encontrados acórdãos com entendimento dos desembargadores, como relatores, Doorgal Andrada e Amauri Pinto Ferreira (JD convocado).

**1 – DESEMBARGADOR** Eduardo Brum  
**Número do Processo:** 1.0027.13.008497-6/001  
**Data do Julgamento:** 26/02/2014

### **ENTENDIMENTO**

**EMENTA:** APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO SIMPLES - INCONFORMISMO MINISTERIAL - RESTABELECIMENTO DA MAJORANTE DO EMPREGO DE ARMA - NECESSIDADE - COMPROVAÇÃO PELA PROVA TESTEMUNHAL - APREENSÃO E PERÍCIA DA FACA PRESCINDÍVEIS - **AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA - APLICAÇÃO DE FRAÇÃO MAIS AUSTERA - DESCABIMENTO** - CRITÉRIO DO JUIZ - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Ainda que a faca utilizada na prática do crime não tenha sido apreendida e periciada, a comprovação de sua utilização como elemento atemorizador e de seu potencial lesivo pode ser suprida pela palavra da vítima e pelos demais elementos probatórios, autorizando a incidência da majorante do art. 157, §2º, I, do CP. 2. **O legislador não previu percentuais mínimo e máximo de redução ou aumento da pena, em virtude da aplicação de atenuantes e agravantes, cabendo ao juiz sentenciante sopesar o quantum a ser reduzido ou aumentado, segundo sua percuciente análise do caso concreto.** Precedente do STJ. 3. Recurso provido em parte.

**2 - DESEMBARGADOR** Júlio Cezar Guttierrez

**Número do Processo:** 1.0145.12.018880-3/001

**Data do Julgamento:** 23/01/2013

### **ENTENDIMENTO**

EMENTA: PENAL - TRÁFICO DE ENTORPECENTES - PRELIMINAR - MANIFESTAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA - OFENSA AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO - NULIDADE - INOCORRÊNCIA - MÉRITO - ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO ARTIGO 28 LEI 11.343/06 - IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS DELITO DO ARTIGO 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/06 - REDUÇÃO DA PENA-BASE - IMPOSSIBILIDADE - **MAUS ANTECEDENTES E QUANTIDADE DE DROGA - ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA REINCIDÊNCIA - DESCABIMENTO - PATAMAR DE 1/6 DE AUMENTO EM VIRTUDE DA REINCIDÊNCIA PROPORCIONALIDADE.**

- Não há que se confundir o papel de parte do órgão ministerial de 1º grau com o papel do representante do Ministério Público, que atua no segundo grau e nas instâncias extraordinárias, exercendo o papel de custos legis.

- A apreensão de grande quantidade droga que o apelante trazia consigo, diante das circunstâncias fáticas e da prova testemunhal produzida, constituem elementos suficientes para manutenção da condenação pelo delito do artigo 33 da Lei nº. 11.343/06.

- Resta afastada a pretendida desclassificação para o artigo 28 da Lei nº 11.343/06, vez que as provas dos autos demonstram que o apelante tinha em depósito drogas, visando o tráfico ilícito de entorpecentes.

- Sendo algumas das circunstâncias do artigo 59 do Código Penal desfavoráveis ao apelante, bem como diante da grande quantidade de droga apreendida, incabível a pretensão de fixação da pena no mínimo legal.

- Não há que se falar em inconstitucionalidade do reconhecimento da reincidência como circunstância agravante a uma porque a incidência da mesma encontra respaldo legal no artigo 61, inciso I, do Código Penal e, a duas, porquanto somente seria possível se falar em bis in idem quando o magistrado, com base em um mesmo registro criminal, fizesse incidir a reincidência quando da fixação da pena-base e novamente considerá-la quando da apreciação das circunstâncias legais genéricas previstas nos artigos 61 e 62 do Estatuto Penal.

- Em face de o Código Penal não ter estabelecido balizas para o agravamento e atenuação das penas, na segunda fase de sua aplicação, a doutrina e a jurisprudência têm entendido que esse aumento ou diminuição deve se dar em até 1/6 (um sexto), atendendo a critérios de proporcionalidade.

**3 - DESEMBARGADOR** Doorgal Andrada

**Número do Processo:**

**Data do Julgamento:**

## ENTENDIMENTO

Obs.: Não houve entendimento do desembargador como relator.

**4 - DESEMBARGADOR** Corrêa Camargo

**Número do Processo:** 1.0470.13.001381-1/001

**Data do Julgamento:** 6/8/2014

## ENTENDIMENTO

EMENTA: PENAL - FURTO TENTADO - AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO - PRIVILÉGIO - DESCABIMENTO - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS - PENA PROVISÓRIA - **AUMENTO POR AGRAVANTE - MAJORAÇÃO EM 1/6 (UM SEXTO) - REDUÇÃO PELA TENTATIVA - MANUTENÇÃO DO QUANTUM ESTABELECIDO NA SENTENÇA** - PENA DE MULTA - REDUÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

- Estando materialidade e autoria delitivas devidamente comprovadas nos autos, a manutenção da condenação do réu é medida que se impõe.
- Não há falar em absolvição do apelante em face do princípio da insignificância, posto que a res não pode, de forma alguma, ser considerada insignificante. Desvalor da conduta que ademais corrobora a não incidência do princípio na hipótese.
- **Apesar da omissão do legislador em estabelecer um quantum determinado para a diminuição ou aumento em função de circunstâncias atenuantes e agravantes, a doutrina aconselha que elas se dêem no importe aproximado de 1/6 (um sexto).**
- Tendo o iter criminis, em verdade, sido percorrido de forma intermediária, mantém-se o quantum médio de redução operado em primeiro grau.
- As causas gerais e especiais de aumento e de diminuição de pena devem ser aplicadas em relação a todas as sanções cominadas no preceito secundário do tipo penal, não somente às corporais.
- Recurso parcialmente provido.

**5 - DESEMBARGADOR** Amauri Pinto Ferreira (JD CONVOCADO)

**Número do Processo:**

**Data do Julgamento:**

## ENTENDIMENTO

Obs.: Não houve entendimento do desembargador como relator.

---

---

### POSIÇÃO DA 5ª (QUINTA) CÂMARA CRIMINAL

De acordo com o entendimento unânime dessa Câmara, apesar de o nosso Código Penal não delimitar a quantidade de acréscimo e diminuição pelas agravantes e atenuantes, a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que a variação dessas circunstâncias não deve modificar a pena-base em mais de 1/6 (um sexto) da pena-base.

**1 – DESEMBARGADOR** Alexandre Victor de Carvalho  
**Número do Processo:** 1.0702.06.296608-1/001  
**Data do Julgamento:** 27/3/2007

## ENTENDIMENTO

APELAÇÃO - FURTO - PROVAS SUFICIENTES DA AUTORIA E MATERIALIDADE - CONDENAÇÃO MANTIDA - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - NÃO-APLICAÇÃO - TENTATIVA - RECONHECIMENTO - IMPOSSIBILIDADE - CO-CULPABILIDADE - RECONHECIMENTO PARA FINS DE PROPORCIONALIDADE - NÃO-APLICABILIDADE - **PENA-BASE EXACERBADA - DIMINUIÇÃO - REINCIDÊNCIA - AUMENTO EXACERBADO DA PENA-BASE - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - AUMENTO MÁXIMO DE 1/6 SOBRE A PENA-BASE.** Sendo o conjunto probatório idôneo a comprovar autoria e materialidade deve ser mantida a sentença condenatória. Não se pode reconhecer a incidência do princípio da insignificância quando o valor da res furtiva é de quarenta reais, superando, em muito, o critério balizador do crime de bagatela, ou seja, dez por cento do salário mínimo vigente à época dos fatos. A consumação do crime de furto



verifica-se quando o agente retira o bem da esfera de disponibilidade da vítima, ainda que por pouco tempo, não sendo necessária a posse mansa e pacífica. Sendo a maioria das circunstâncias judiciais favoráveis ao réu, a pena-base da privativa de liberdade deve ser fixada no mínimo legal. É de se reconhecer a circunstância atenuante inominada, descrita no art. 66 do Código Penal, quando comprovado o perfil social do acusado, desempregado, miserável, sem oportunidades na vida, devendo o Estado, na esteira da co-culpabilidade citada por Zaffaroni, espelhar a sua responsabilidade pela desigualdade social, fonte inegável dos delitos patrimoniais, no juízo de censura penal imposto ao réu. Tal circunstância pode e deve, também, atuar como instrumento da proporcionalidade na punição, imposição do Estado Democrático de Direito. Apesar de nosso Código Penal não determinar qual a quantidade de aumento ou de diminuição das agravantes e atenuantes, doutrina e jurisprudência majoritárias tem aceitado que a variação dessas circunstâncias, atendido o princípio da razoabilidade, não deve modificar a pena-base, em mais de 1/6 (um sexto). V.V.P: APELAÇÃO - FURTO - CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS EM SUA MAIORIA FAVORÁVEIS. Quando as circunstâncias judiciais são em sua maioria favoráveis ao agente, a pena deve aproximar-se do mínimo legal, e não se situar nele, hipótese em que todas as circunstâncias judiciais lhe devem ser favoráveis.

**2 - DESEMBARGADOR** Pedro Vergara

**Número do Processo:** 1.0024.06.985345-5/001

**Data do Julgamento:** 21/7/2009

### ENTENDIMENTO

PENAL E PROCESSO PENAL - JÚRI - HOMICÍDIO QUALIFICADO - AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA DE EMPREGO DE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DO OFENDIDO - INVIABILIDADE - DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS - INOCORRÊNCIA - PRINCÍPIO DA SOBERANIA DO JÚRI - AUMENTO DO QUANTUM DA PENA PELA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA PARA UM ANO - VIABILIDADE - RECURSO DEFENSIVO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. - Se o Conselho de Sentença opta por uma das versões apresentadas, amparada pelo acervo probatório, não há que se falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos, devendo a mesma ser mantida, em respeito ao princípio constitucional da soberania do Júri. - Condenado o apelante nas iras do artigo 121, § 2º, incisos I e IV, do CP, a qualificadora referente ao motivo torpe e emprego de recurso que dificultou a defesa do ofendido, não há que se falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos, porquanto a pena-base na forma qualificada já apresenta-se acima da forma simples em relação ao delito de homicídio. - A legislação pátria não delimita o quantum de acréscimo e diminuição pelas agravantes e atenuantes, tendo a doutrina delimitado o patamar de 1/6 (um sexto).

**3 - DESEMBARGADOR** Adilson Lamounier  
**Número do Processo:** 1.0016.15.000471-7/001  
**Data do Julgamento:** 10/11/2015

#### ENTENDIMENTO

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO - FURTO QUALIFICADO - AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS - DEPOIMENTOS DAS VÍTIMAS EM CONSONÂNCIA COM OS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA - CONDENAÇÃO MANTIDA - REDUÇÃO DAS PENAS - NECESSIDADE - CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS, EM SUA MAIORIA, FAVORÁVEIS - **QUANTUM DE EXASPERAÇÃO EM RELAÇÃO À AGRAVANTE - UM SEXTO** -- ABRANDAMENTO DO REGIME - SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS OU SURSIS - NÃO CABIMENTO - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

I - Os elementos de convicção colhidos durante a instrução demonstram de modo suficiente a materialidade e a autoria do crime de furto, apresentando especial relevância a palavra das vítimas.

II - Se as declarações das vítimas se revelam coerentes, delas não se inferindo a torpe intenção de acusar pessoa que se sabe inocente, encontrando amparo nas demais provas produzidas, é de rigor a manutenção do decreto condenatório.

IV - Se as circunstâncias judiciais são, em sua maioria, favoráveis, merece redução da pena-base cominada.

**V - O aumento da pena em razão da incidência de circunstância agravante, embora não haja previsão legal específica, por tradição, deve se dar na proporção de 1/6 (um sexto) sobre a pena-base.**

VI - Aos condenados reincidentes impõe-se a manutenção de regime semiaberto para cumprimento da pena.

VII - A reincidência é impedimento legal à substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito, bem como à suspensão condicional da pena.

**4 - DESEMBARGADOR** Eduardo Machado  
**Número do Processo:** 1.0105.13.014852-8/001  
**Data do Julgamento:** 9/9/2014

#### ENTEDIMENTO

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS - **REDUÇÃO DAS PENAS-BASE - CABIMENTO - FRAÇÃO DE REDUÇÃO PELA ATENUANTE - REVISÃO - PRIVILÉGIO - RECONHECIMENTO - SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL POR PENA RESTRITIVA DE DIREITOS - FIXAÇÃO DE REGIME DIVERSO DO FECHADO - POSSIBILIDADE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.** - 1. Fixadas as penas-base com excessivo rigor e em dissonância dos elementos extraídos dos autos, imperiosa a sua redução. **2. A despeito da ausência de previsão legal acerca do quantum de aumento ou redução da pena em razão das**

agravantes e atenuantes genéricas, a doutrina e a jurisprudência majoritárias entendem que tal variação não deve ultrapassar o limite mínimo das majorantes e minorantes, de 1/6 (um sexto), sob pena de se equipararem a elas. 3. Deve-se reconhecer a causa especial de diminuição de pena prevista no §4º do art. 33 da Lei 11.343/06 ao réu primário, possuidor de bons antecedentes, sem notícia de dedicação a atividades ou organizações criminosas, como na espécie. 4. Diante do quantum de pena aplicado, superior a quatro anos, incabível a substituição da reprimenda corporal por pena restritiva de direitos. 5. Considerando que a Corte deste Egrégio Tribunal consolidou, no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº. 1.0145.09.558174-3/003, a possibilidade de fixação de regime prisional aberto ou semiaberto aos condenados pelo delito de tráfico de drogas em sua figura privilegiada, considerando que o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal já convergiram para este mesmo entendimento, e considerando, ainda, a desproporcionalidade de fixação de regime fechado quando a pena privativa de liberdade é passível de substituição por sanções restritivas de direito, é de rigor que se analise, para efeitos de fixação de regime, as regras estabelecidas no art. 33, §§ 2º e 3º, c/c. art. 59, ambos do CP, respeitando-se, assim, os princípios da proporcionalidade e da individualização da pena, com a finalidade, sempre, de privilegiar a ressocialização do condenado. V.V. A incidência do privilégio não retira a hediondez do delito, que não deixa de ser o previsto no caput ou §1º, do mesmo dispositivo de lei, impondo-se, pois, a observância do §1º do art. 2º da Lei 8.072/90, com a fixação do regime inicial fechado. A aplicação do § 4º, do art. 33, da Lei 11343/06, traz à baila a figura do tráfico privilegiado, que não está elencado no rol de crimes hediondos ou a esses equiparados.

**5 - DESEMBARGADOR** Júlio César Lorens

**Número do Processo:** 1.0024.13.307677-8/001

**Data do Julgamento:** 26/05/2015

### **ENTENDIMENTO**

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - EMBRIAGUEZ AO VOLANTE - REDUÇÃO DA PENA-BASE - CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS - NÃO CABIMENTO - AGRAVANTE - FRAÇÃO DE AUMENTO - REDUÇÃO - NECESSIDADE - ALTERAÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA - INVIABILIDADE - RECURSO PROVIDO EM PARTE. 1- Não se mostra desproporcional ou desarrazoado o aumento da pena-base em três meses, em razão da presença de circunstâncias judiciais negativas, devidamente valoradas. 2 - A fração de aumento na segunda fase da dosimetria da pena não pode ser superior a 1/6 (um sexto), sob pena de se equiparar a uma majorante. 3 - Malgrado a pena fixada seja inferior a quatro anos, o réu ostenta maus antecedentes e é reincidente, o que autoriza a fixação do regime fechado.

## **POSIÇÃO DA 6ª (SEXTA) CÂMARA CRIMINAL**

O desembargador Rubens Gabriel Soares entende que, segundo a jurisprudência, o aumento ideal da pena na fase intermediária, em face das agravantes, seja equivalente a um sexto (1/6).

Não foram encontrados acórdãos com entendimento dos desembargadores, como relatores, Furtado de Mendonça, Jaubert Carneiro Jaques, Denise Pinho da Costa Val e Luziene Barbosa Lima (JD Convocada).

**1 – DESEMBARGADOR** Rubens Gabriel Soares

**Número do Processo:** 1.0209.14.000725-0/001

**Data do Julgamento:** 24/3/2015

### **ENTENDIMENTO**

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - FURTO QUALIFICADO - PEDIDO DE ISENÇÃO DE PENA - CRIME PRATICADO CONTRA AMÁSIA - UNIÃO ESTÁVEL NÃO CARACTERIZADA - RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA - IMPOSSIBILIDADE - REDUÇÃO DO QUANTUM DE AUMENTO DA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA - POSSIBILIDADE - FRAÇÃO IDEAL DE UM SEXTO (1/6). RECURSO PROVIDO EM PARTE. 1. Impossível o reconhecimento, por analogia, da causa de isenção de pena prevista no art. 181, inciso I, do Código Penal, se não restou demonstrada nos autos a existência de união estável entre acusado e vítima, considerada esta como a convivência pública, contínua e duradoura, estabelecida com objetivo de constituição de família. 2. Não há como reconhecer a incidência da atenuante da confissão espontânea, quando o acusado não admite a prática delituosa, apresentando a versão que melhor atende aos seus interesses. 3. A jurisprudência orienta que o aumento ideal da pena na fase intermediária, em face das agravantes, seja equivalente a um sexto (1/6).

**2 - DESEMBARGADOR** Furtado de Mendonça

**Número do Processo:**

**Data do Julgamento:**

### **ENTENDIMENTO**

Obs.: Não houve entendimento do desembargador como relator.

**3 - DESEMBARGADOR** Jaubert Carneiro Jaques

**Número do Processo:**

**Data do Julgamento:**

**ENTENDIMENTO**

Obs.: Não houve entendimento do desembargador como relator.

**4 – DESEMBARGADORA** Denise Pinho da Costa Val

**Número do Processo:**

**Data do Julgamento:**

**ENTENDIMENTO**

Obs.: Não houve entendimento da desembargadora como relatora.

**5 - DESEMBARGADOR** Luziene Barbosa Lima (JD Convocada)

**Número do Processo:**

**Data do Julgamento:**

**ENTENDIMENTO**

Obs.: Não houve entendimento da desembargadora como relatora.

---

---

## **POSIÇÃO DA 7ª (SÉTIMA) CÂMARA CRIMINAL**

O desembargador Marcílio Eustáquio Santos entende que se deve empregar a fração de 1/6 para a agravante reconhecida contra o agente.

O desembargador Agostinho Gomes de Azevedo, entretanto, entende que, com a falta de previsão legal, o quantum de aumento e diminuição da pena pela incidência de agravantes e atenuantes fica por conta do julgador, não sendo obrigatória a utilização do percentual de 1/6 (um sexto).

Não foram encontrados acórdãos com entendimento dos desembargadores, como relatores, Cássio Salomé, Sálvio Chaves e Paulo Calmon Nogueira da Gama.

**1 – DESEMBARGADOR** Marcílio Eustáquio Santos

**Número do Processo:** 1.0209.13.001093-4/001

**Data do Julgamento:** 27/02/2014

### **ENTENDIMENTO**

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO. IMPOSSIBILIDADE. PROVA DA VIOLÊNCIA EMPREGADA PARA GARANTIR A SUBTRAÇÃO. "EMENDATIO LIBELLI". ROUBO IMPRÓPRIO. CONFISSÃO PARCIAL. NÃO RECONHECIMENTO DA ATENUANTE. "QUANTUM" DE AUMENTO PELA INCIDÊNCIA DA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Inviável a desclassificação do crime de roubo para o de furto quando devidamente demonstrada a existência do roubo impróprio, que consiste no emprego da violência contra a vítima após a subtração da coisa, para garantir o sucesso da empreitada. 2. É possível a recapitulação da conduta descrita na inicial acusatória desde o nascedouro da ação, procedendo-se à "emendatio libelli". 3. A confissão apenas da subtração, como tentativa de esquivar-se do reconhecimento da violência empregada contra a vítima consiste em confissão parcial que não aproveita ao reconhecimento da atenuante. 4. Tem-se entendido que deve-se empregar a fração de 1/6 para a agravante reconhecida contra o agente. 5. Se o acusado foi assistido pela Defensoria Pública ou por Defensor Dativo, faz jus à isenção das custas processuais, pois beneficiado pela Lei Estadual 14939/03. 6. Recurso parcialmente provido. Oficiar o Juízo "a quo".

**2 - DESEMBARGADOR** Cássio Salomé

**Número do Processo:**

**Data do Julgamento:**

## ENTENDIMENTO

Obs.: Não houve entendimento do desembargador como relator.

**3 - DESEMBARGADOR** Agostinho Gomes de Azevedo

**Número do Processo:** 1.0313.12.019723-8/001

**Data do Julgamento:** 24/10/2013

## ENTENDIMENTO

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - FURTO - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS - NEGATIVA DE AUTORIA ISOLADA NO CONJUNTO PROBATÓRIO - CONDENAÇÃO MANTIDA - RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA - NÃO CABIMENTO - AGENTE QUE NEGOU A PRÁTICA DELITIVA - AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA QUANTUM DE AUMENTO - DISCRICIONARIEDADE DO JULGADOR - REDUÇÃO DA PENA - INVIABILIDADE - RECIDIVA CORRETAMENTE RECONHECIDA E VALORADA - REGIME FECHADO APLICADO NA SENTENÇA - ABRANDAMENTO PARA O SEMIABERTO - POSSIBILIDADE - CUSTAS PROCESSUAIS - ISENÇÃO - ACUSADO ASSISTIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA - INTELIGÊNCIA DO ART. 10, INCISO II, DA LEI ESTADUAL Nº 14.939/03 – RECURSO PROVIDO EM PARTE.

- Demonstradas autoria e materialidade do delito de furto, mormente através dos depoimentos testemunhais, restando a negativa de autoria do apelante isolada do conjunto probatório, deve ser mantida a condenação.

- Não tendo o agente confessado a prática do delito descrito na inicial não há que se falar em reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, prevista no artigo 65, inciso III, alínea "d", do Código Penal.

- Diante da ausência de previsão legal, o quantum de aumento e diminuição da pena pela incidência de agravantes e atenuantes fica ao prudente arbítrio do julgador, não sendo obrigatória a utilização do percentual de 1/6 (um sexto).

- Ainda que o denunciado seja reincidente, se a pena corporal restou concretizada em patamar inferior a 04 (quatro) anos, sendo favoráveis as circunstâncias judiciais, o início de seu cumprimento deve se dar no regime semiaberto, nos termos do artigo 33, §2º, "a", do Código Penal e da Súmula nº 269, do STJ.

- Tratando-se de acusado hipossuficiente, assistido pela Defensoria Pública, deve ser ele isentado do pagamento das custas processuais, nos termos do art. 10, II, da Lei Estadual nº 14.939/03.

- Recurso provido em parte.

**4 - DESEMBARGADOR** Sálvio Chaves

**Número do Processo:**

**Data do Julgamento:**

**ENTENDIMENTO**

Obs.: Não houve entendimento do desembargador como relator.

**5 - DESEMBARGADOR** Paulo Calmon Nogueira da Gama

**Número do Processo:**

**Data do Julgamento:**

**ENTENDIMENTO**

Obs.: Não houve entendimento do desembargador como relator.